

Diário do Legislativo de 27/03/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 14ª Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 25/3/2003

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 230 a 246/2003 - Requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes, Chico Simões, Gil Pereira, João Bittar, Miguel Martini (8), Maria José Haueisen (2), Leonardo Moreira, João Leite (5), Jayro Lessa, Ivair Nogueira (2), Fábio Avelar (7), Ermano Batista (6), Sebastião Navarro Vieira (13), Pinduca Ferreira (3), Durval Ângelo (9), Gilberto Abramo, Bilac Pinto (13), Arlen Santiago (4), Antônio Carlos Andrada (3), Alencar da Silveira Júnior, Alberto Pinto Coelho, Alberto Bejani (12), Agostinho Patrús, Irani Barbosa e Laudelino Augusto - Proposições Não Recebidas: Proposta de emenda à Constituição do Deputado Pastor George e requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes e Ana Maria - Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Assuntos Municipais, de Turismo e de Saúde e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (3) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Maria Tereza Lara, Dalmo Ribeiro Silva, Dinis Pinheiro, Miguel Martini, Durval Ângelo e Jô Moraes - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscricões - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Miguel Martini (8), Maria José Haueisen (2), Leonardo Moreira, João Leite (5), Jayro Lessa, Ivair Nogueira (2), Fábio Avelar (7), Ermano Batista (6), Sebastião Navarro Vieira (13), Pinduca Ferreira (3), Durval Ângelo (9), Gilberto Abramo, Bilac Pinto (13), Arlen Santiago (4), Antônio Carlos Andrada (3), Alencar da Silveira Júnior, Alberto Pinto Coelho, Alberto Bejani (12), Agostinho Patrús, Irani Barbosa e Laudelino Augusto; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado João Bittar; aprovação - Requerimento nº 42/2003; aprovação com a Emenda nº 1; declaração de voto - Requerimento do Deputado Miguel Martini; deferimento; discurso do Deputado Miguel Martini - Questões de Ordem - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 230/2003, do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes com vistas à pavimentação asfáltica do trecho que liga a Rodovia MG-010 ao Município de Alvorada de Minas.

Nº 231/2003, do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes com vistas à pavimentação asfáltica da Rodovia MG-406, no trecho que menciona.

Nº 232/2003, do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes com vistas à pavimentação asfáltica da MG-329, no trecho que menciona. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 233/2003, do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja formulado voto de congratulações com os Srs. Baldonado Arthur Napoleão, Antônio Lima Bandeira e Luiz Carlos Guerra pela posse, respectivamente, como Presidente, Diretor de Operações Técnicas e Diretor de Administração e Finanças da EPAMIG. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 234/2003, do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Serviço de Aprendizagem Rural - SENAR Minas - pelos dez anos de fundação. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 235/2003, do Deputado Célio Moreira, solicitando seja formulado apelo à Delegada Adjunta de Localização de Pessoas Desaparecidas com vistas a que seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos relatório das atividades de investigação do mês e seus resultados. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 236/2003, do Deputado Célio Moreira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Defesa Social com vistas a que seja criada linha telefônica para atendimento ao SOS - Mulheres Desaparecidas. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 237/2003, do Deputado Chico Simões, solicitando seja formulada manifestação de repúdio ao Presidente dos EUA em razão da guerra contra o Iraque. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 238/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Diretor do Hospital Mater Dei pelo lançamento do Projeto Qualitas. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 239/2003, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que se instale uma agência do BDMG em Varginha. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 240/2003, do Deputado Jayro Lessa, solicitando seja formulado apelo ao Governador Aécio Neves com vistas à inclusão do projeto da construção da estrada para o Pico do Ibituruna, em Governador Valadares, no Plano Rodoviário do Estado. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 241/2003, dos Deputados Jayro Lessa e Bonifácio Mourão, solicitando seja formulado apelo ao Ministro do Turismo com vistas à inclusão do Pico do Ibituruna, em Governador Valadares, nos programas nacionais de desenvolvimento turístico e à liberação de recursos financeiros para a construção da estrada de acesso ao Pico. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 242/2003, do Deputado Roberto Carvalho, pleiteando sejam solicitadas ao Secretário de Justiça e Segurança Pública informações sobre a existência de projeto de instalação de um Centro de Recuperação de Menores Infratores no Bairro Barreiro de Cima.

Nº 243/2003, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Fazenda com vistas ao envio, a esta Casa, de documentos relativos à arrecadação e aplicação das taxas destinadas à segurança pública para os exercícios financeiros de 2001 e 2002.

Nº 244/2003, da Comissão de Saúde, pleiteando sejam solicitadas à Presidente do IPSEMG informações sobre os critérios usados na seleção dos hospitais e prestadores de serviços considerados aptos a receber o pagamento de outubro, novembro e dezembro de 2002.

Nº 245/2003, da Comissão de Saúde, pleiteando seja solicitado ao Secretário da Saúde o fornecimento de medicação para a doença de Parkinson. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 246/2003, da Comissão de Saúde, solicitando seja encaminhado ofício à Secretaria de Saúde de Governador Valadares e ao Judiciário dessa cidade, repudiando a decisão que proíbe a reabertura de clínica para tratamento de hansenianos e tuberculosos.

Do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja realizado seminário sobre o tema "Ensino Fundamental, Direito e Cidadania". (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Chico Simões, solicitando seja elaborado manifesto ou carta contra a guerra no Iraque, o qual seria encaminhado às demais Assembléias para adesão e posteriormente enviado à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, ao Consulado americano nesta Capital e à Casa Branca, em Washington.

Do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado convite ao Governador do Estado para que, em sua estadia em Montes Claros, em 28/3/2003, visite a UNIMONTES e o Hospital Universitário Clemente de Faria. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados João Bittar, Miguel Martini (8), Maria José Hauelsen (2), Leonardo Moreira, João Leite (5), Jayro Lessa, Ivair Nogueira (2), Fábio Avelar (7), Ermano Batista (6), Sebastião Navarro Vieira (13), Pinduca Ferreira (3), Durval Ângelo (9), Gilberto Abramo, Bilac Pinto (13), Arlen Santiago (4), Antônio Carlos Andrada (3), Alencar da Silveira Júnior, Alberto Pinto Coelho, Alberto Bejani (12), Agostinho Patrús, Irani Barbosa e Laudelino Augusto.

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 8, deixa de receber a seguinte proposição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Dá nova redação ao § 2º do art. 288 da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O § 2º do art. 288 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte redação:

"Art. 288 -

§ 1º -

§ 2º - Ficam assegurados proventos calculados sobre a jornada de quarenta horas semanais aos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Educação, lotados no órgão central e nos órgãos regionais, que se aposentaram no período compreendido entre 22 de setembro de 1989 e 30 de março de 1995, bem como aos especialistas de educação que se aposentaram no mesmo período."

Sala das Reuniões, 25 de março de 2003.

Pastor George - Olinto Godinho - Doutor Viana - Maria Olívia - Ivair Nogueira - Antônio Júlio - Dimas Fabiano - Jayro Lessa - José Henrique - Paulo Cesar - Antônio Andrade - Roberto Ramos - Sebastião Navarro Vieira - Doutor Ronaldo - Lúcia Pacífico - Neider Moreira - José Milton - Gilberto Abramo - Sidinho do Ferrotaco - Dinis Pinheiro - Weliton Prado - Gustavo Valadares - Leonídio Bouças - Gil Pereira - Adalclever Lopes - Elmiro Nascimento.

Justificação: Os servidores da educação que se aposentaram no período compreendido entre a data da promulgação da Constituição do Estado e 30/3/95 ficaram impossibilitados de fazer opção pela jornada de 40 horas semanais, direito que, a partir da última data, foi concedido por lei a servidores das mesmas categorias, os quais, em conseqüência, passaram a fazer jus a proventos significativamente superiores. Os servidores em questão, à época, encontravam-se em afastamento preliminar à aposentadoria.

Ora, a Constituição Federal, em seu art. 40, § 8º, assegura aos aposentados os mesmos benefícios de natureza remuneratória atribuídos aos servidores em atividade, estendendo aos inativos e também aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidos posteriormente.

Nossa iniciativa tem, portanto, o escopo de desfazer um equívoco que colocou um grupo de servidores em situação de desvantagem em relação a seus pares, com os quais dividiram, quando na atividade, idênticas responsabilidades e atribuições.

Certo de que, ao buscarmos reparar uma injustiça, teremos o apoio de nossos pares, contamos com a aprovação desta proposição.

- A Presidência deixa de receber a proposta de emenda à Constituição nos termos da Decisão Normativa nº 8/2000.

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas a que sejam tomadas providências para a realização das obras de pavimentação da Rodovia MG-425, no trecho compreendido entre o Município de Vargem Alegre e o entroncamento da Rodovia BR-458. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Djalma Diniz.)

Da Deputada Ana Maria, solicitando sejam formulados votos de congratulações com os gestores do Projeto Mãos de Minas pelos 20 anos de trabalho em prol do artesão. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Assuntos Municipais, de Turismo e de Saúde e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (3).

Oradores Inscritos

- Os Deputados Maria Tereza Lara, Dalmo Ribeiro Silva, Dinis Pinheiro, Miguel Martini, Durval Ângelo e Jô Moraes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Requerimento nº 181/2003, da Comissão de Saúde, ao Requerimento nº 156/2003, do Deputado Chico Simões, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembléia, 25 de março de 2003.

Deputado Rêmoló Aloise, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 246/2003, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Direitos Humanos - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 132 e 133/2003, do Deputado Ricardo Duarte; de Assuntos Municipais - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 106 a 112 e 146/2003, do Deputado Doutor Viana, 116 e 118/2003, do Deputado Doutor Ronaldo, 120/2003, do Deputado Elmiro Nascimento, 124/2003, do Deputado José Milton, 130 e 131/2003, do Deputado Paulo Cesar, e 147 e 148/2003, do Deputado Laudelino Augusto; de Saúde - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 145/2003, do Deputado Doutor Viana; e de Turismo - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 114/2003, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Agostinho Patrús, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.458/2002; Alberto Bejani, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 71, 252, 479, 559, 695 e 782/99, 883 e 1.210/2000, 1.523/2001 e 2.422, 2.435 e 2.443/2002; Alberto Pinto Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.244/2002; Alencar da Silveira Júnior, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.654/2001; Antônio Carlos Andrada, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.430 e 1.808/2001 e 2.266/2002; Arlen Santiago, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.569 e 1.587/2001 e 2.064 e 2.403/2002; Bilac Pinto, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 66, 250, 322, 323 e 772/99, 913, 1.070 e 1.237/2000, 1.376 e 1.486/2001 e 2.253, 2.288 e 2.499/2002; Durval Ângelo, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 42/2001 e dos Projetos de Lei nºs 296, 316 e 765/99, 828, 914 e 1.136/2000, 1.610/2001 e 2.379/2002; Ermanno Batista, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 47/2001 e dos Projetos de Lei nºs 185 e 353/99, 1.002/2000 e 2.293 e 2.316/2002; Fábio Avelar, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 457/99, 971 e 1.296/2000, 1.444 e 1.667/2001 e 2.106 e 2.247/2002; Gilberto Abramo, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.478/2002; Irani Barbosa, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.248/2002; Ivair Nogueira, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.425 e 2.465/2002; Jayro Lessa, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 450/99; João Leite, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.258, 2.265, 2.356, 2.408 e 2.455/2002; Laudelino Augusto, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.428/2002; Leonardo Moreira, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.217/2002; Maria José Haueisen, solicitando o desarquivamento dos

Projetos de Lei nºs 2.267 e 2.417/2002; Miguel Martini, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 43/2001 e dos Projetos de Lei nºs 91/99, 1.226/2000, 1.577/2001 e 2.003, 2.049, 2.195 e 2.259/2002; Pinduca Ferreira, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.389, 1.394 e 1.597/2001; e Sebastião Navarro Vieira, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 53/99,

1.546, 1.684, 1.685 e 1.889/2001 e 2.058, 2.059, 2.109, 2.416, 2.434, 2.470, 2.492 e 2.493/2002.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado João Bittar, solicitando que o Projeto de Lei nº 49/2003 seja distribuído à Comissão de Assuntos Municipais. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 42/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, solicitando ao Governador do Estado o envio a esta Casa de todos os contratos e aditivos de prestação de serviços e de fornecimento de medicamentos celebrados pela Secretaria da Saúde nos últimos seis meses de 2002. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 42/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Declaração de Voto

O Deputado Carlos Pimenta - Proponho à Presidência da Casa que anexe a esse requerimento um pedido de discussão sobre os convênios assinados pela Secretaria da Saúde, porque tudo isso diz respeito à aplicação de 8,4% dos recursos, constante na proposta de emenda à Constituição. Não sei se será possível fazer esse acréscimo, mas fica registrada a necessidade da Casa de ter acesso às informações sobre os milhares de convênios assinados para fazer frente à emenda à Constituição de 2001 que não foi cumprida. O Estado deu baixa no SIAFI, e os devedores são os Prefeitos de 853 municípios.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

- O Deputado Miguel Martini profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, tive a oportunidade de ouvir as palavras do Deputado Célio Moreira sobre a questão do Barreiro. Ele mencionou a necessidade de várias melhorias, mas gostaria de indagar, neste Plenário, se esse Deputado está querendo emancipar o Barreiro, pois ele mencionou o número de habitantes desse bairro.

Essa é uma questão interessante a ser debatida, já que foram feitos tantos pedidos, para os quais há a necessidade de um estudo prévio de impacto para a comunidade. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, quero deixar consignada minha posição quanto ao comportamento da CEMIG e ao fechamento de suas agências, nesses três últimos meses, em todo o Estado e, particularmente, em sua querida São Sebastião do Paraíso, fato que V. Exa. tem tentado impedir, por meio de diversos pleitos. Isso nos preocupa muito, pois, de 2000 até hoje, tivemos 67 agências fechadas, sendo que o atendimento foi transferido para a agência mais próxima, distância que muitas vezes representa 150km ou 200km. E é muito cômodo para a CEMIG colocar uma placa nessas agências que funcionavam há 20, 30 ou 40 anos, informando que qualquer atendimento ou reclamação devem ser feitos por meio do número "0800-chame CEMIG". Nosso povo do interior não está acostumado a esse tratamento, e o que nos causa maior espanto é o fato de as disposições da ANEEL determinarem que cada cidade deverá ter, no mínimo, um posto de atendimento visando à coletividade.

Com esse pensamento, iremos discutir o assunto amanhã, na comissão, e é de grande importância que os Deputados preocupados com suas regiões participem. Contaremos com a presença do Presidente da CEMIG e do pessoal técnico, que esclarecerão a questão.

Não bastasse o fechamento dos postos, estamos tendo outro problema: a mobilização dos funcionários. Hoje, por exemplo, em Pouso Alegre, estão sendo remanejados 28 funcionários para outras cidades, que estão deixando suas famílias. Gostaria de ressaltar esse ponto e manifestar nossa indignação.

Quero ainda trazer um outro assunto. Por várias oportunidades, tenho ouvido o Deputado Alencar da Silveira Júnior dirigir-se muito acintosamente ao Ministério Público. Hoje estava pensando que ele faz muita questão de citar o nome do Procurador como dono da verdade e salvador da pátria. E, todas as vezes em que fala, fere a imagem da instituição.

Ele deveria fazer uma reflexão e procurar conhecer, de perto, a legislação federal, o ordenamento legal que diz respeito ao que deseja: o funcionamento do jogo do bicho, as roletas, etc. Sempre que fala, fere a instituição do Ministério Público.

Freqüentemente macula a imagem desse órgão. Isso não faz bem a esta Casa. O Ministério Público - ressalte-se a retidão de caráter do nosso Procurador - tem prestado relevantes serviços à nossa sociedade. Não poderemos ouvir, por mais vezes, esse contra-ponto: "o jogo do bicho não é liberado porque os Promotores de Justiça não permitem". Penso que não seja bem isso. Precisa inteirar-se melhor da legislação. Todo advogado tem de conhecer o princípio elementar do direito, tem de saber o que é permitido e o que não é. O que não pode não está inserido no ordenamento processual. Esperamos que não venha mais ofender o Ministério Público, que tem prestado muitos serviços a Minas Gerais. Faço isso porque conheço a idoneidade, a personalidade e a retidão de caráter do nosso Procurador. Desejamos que isso não aconteça mais nesta Casa em sinal de respeito ao Ministério Público. Quanto ao jogo do bicho e às máquinas, que procurem quem for de direito, por meio de liminares e outros. Não podemos enxovalhar a dignidade e o trabalho do Ministério Público. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, hoje, dia 25 de março, é comemorado o dia do nascituro, instituído pela Lei Municipal nº 8.221, apresentada por este parlamentar. Em várias maternidades e hospitais de Belo Horizonte, homens e mulheres estão fazendo um trabalho de conscientização contra o aborto. O Papa João Paulo II pediu que fosse escolhido um dia para comemorar a vida. Apresentamos, então, na Câmara Municipal, esse projeto, que foi apreciado e aprovado pelos Vereadores. Vale a pena defender a vida. Procuramos proporcionar uma estrutura e um acompanhamento psicológico, jurídico e médico, cobrando dos Governos Municipal, Estadual e Federal essa assistência às mães carentes alijadas de todo esse atendimento. No dia da criança por nascer, estamos fazendo esse trabalho de conscientização de que vale a pena dar a vida e não tirá-la.

O Deputado Leonardo Quintão disse que este parlamentar deseja emancipar o Barreiro. Praticamente 50% da minha votação veio dessa região, que me confiou o voto acreditando que lutaria pelas suas necessidades e carências. O Barreiro carece de educação, saúde e segurança. Se essa região fosse emancipada, seria a sétima cidade em arrecadação de Minas Gerais. Da arrecadação de Belo Horizonte, 35% a 37% vêm do Barreiro.

O Barreiro está carente. O projeto que aqui apresentei pede a criação de serventia de um cartório cobrado, há muitos anos, pela comunidade. É preciso deslocar-se do Barreiro até o Centro para se fazer o registro de uma criança ou um atestado de óbito. O Barreiro não possui um Cartório de Imóveis ou de Notas. Acredito que vamos vencer, romper a barreira do monopólio do cartório. Sei que vou contar com o apoio dos nobres colegas. A criação do cartório é uma promessa do Sr. Governador e do Presidente do Tribunal de Justiça. Estou esperançoso. Como Deputado majoritário da região, vou lutar incansavelmente para que o Barreiro seja atendido, alcance melhorias. Cobrarei do Governador, do Prefeito, do Presidente da República, pois todos tiveram votação expressiva naquela região.

Ah! se fosse possível a emancipação do Barreiro! Com toda certeza, temos homens e mulheres que o amam e querem vê-lo atendido. O Barreiro está cansado de promessas de Vereadores, Deputados, Prefeitos e Governadores. A conversa que tive com o Governador e com o Presidente do Tribunal foi franca, honesta, trazendo-nos a esperança de que o Barreiro seja atendido com relação à questão do cartório e das Polícias Militar e Civil. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Explico a esta Casa que, em hora nenhuma, como informou o colega Dalmo, achincalho o Ministério Público. Em nenhuma hora fiz isto ou aquilo para prejudicá-lo. Pelo contrário. O Deputado Dalmo não se lembra de que, no final do ano passado, quem ajudou nas articulações favoráveis ao próprio Ministério Público foi o Deputado Alencar da Silveira Júnior. V. Exa. é testemunha disso. Tudo o que pude fazer para ajudar o Ministério Público até hoje fiz. Porém, não deixo de falar que são os donos da verdade, principalmente no que tange ao assunto máquinas caça-níquel. Aos novos Deputados lembro que, no dia 1/4/2000, o Ministério Público disse que as máquinas eram ilegais. A Loteria do Estado de Minas Gerais cobrava imposto, àquela época, e arrecadava quase R\$40.000.000,00 por ano. Devido a um problema político, que depois descobrimos, o próprio Ministério Público colocou dificuldade para vender facilidade. Todos presenciaram. Na hora em que as máquinas pararam, parou a arrecadação de Minas Gerais, e um Promotor falou, provocando toda a confusão. Relembrar é viver.

Hoje temos homens sérios dentro do Ministério Público. Não paro de bater na tecla. Por que sete ou oito Estados no Brasil estão arrecadando com as máquinas, seguindo a mesma regulamentação que havia em Minas Gerais? Lá o Ministério Público é diferente do daqui? Para quem não estava presente, numa reunião com o Ministério Público eu dizia que estava regulamentado o Estado de Goiás, e o Dr. Nedens dizia que era mentira minha. Liguei para lá, pedi um fax e mostrei a regulamentação. A mesma que era de Minas Gerais. Há regulamentação no Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina. Com isso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Estado perde 40 milhões por ano, embora atravesse grande dificuldade.

Por que digo que são os donos da verdade? Vou lembrar-lhes. Muitos Deputados não estavam aqui, não. Tivemos, sim, o Ministério Público chegando perto do então Presidente Antônio Júlio e falando: "existe um ajuste de conduta para dar aumento para o funcionalismo público, e o senhor tem que assinar, porque vai ser votado". Como o Presidente da Assembléia podia fazer votar um ajuste de conduta com o meu voto, com os votos de Dalmo Ribeiro Silva, Alberto Pinto Coelho e de outros Deputados? Como o Deputado Antônio Júlio poderia garantir a aprovação desse projeto ao Ministério Público? Por coisas como essas é que eu digo que são os donos da verdade.

Por que não vêm discutir aqui? Porque, quando fizemos uma discussão nesta Casa e trouxemos representantes do Brasil inteiro, de todas as lotéricas brasileiras, o Ministério Público sentou-se durante a abertura e, em seguida, foi embora, porque o Ministério Público não se coloca à disposição para discutir.

Se o Deputado Alencar da Silveira Júnior está errado, estão errados também os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, todos os Estados que têm a regulamentação, que era a mesma aqui desta cidade. Tomaram birra do problema das maquininhas e não sabem como vão voltar.

Faço um desafio e coloco em risco o meu mandato de Deputado. Se eu estiver errado no que estou falando, se não houver sete Estados regulamentados, se a regulamentação aprovada nesta Casa não foi a mesma do Rio de Janeiro, encerro a minha vida pública. Todos os companheiros poderão cobrar, até mesmo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Vamos ver se estou errado ou certo. Vamos ver se o Ministério Público vai se dignar a fazer uma apuração. Vamos verificar e ver quem está certo, se é o Ministério Público estadual ou se é o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Só não entendo o seguinte: todos os municípios possuem máquinas funcionando, e o Estado não arrecada nada. Alguém está levando. O jogo ilegal atende a poucos. Já falei isso aqui e repito.

O companheiro Carlinhos falou que o Deputado Alencar da Silveira Júnior cospe no prato que comeu. Não. Na última eleição tive 41.017 votos. Quero explicar isso. Seis mil e seiscentos em Belo Horizonte. Pela minha atuação política, fiquei esperando os votos dos maquinheiros, dos bingueiros, dos bicheiros, desses que defendi aqui. Mas fui burro. Quando defendia o trabalho, todos votavam em mim. Quando defendi a legalização, dizendo que estava na hora do banqueiro pagar impostos e do cambista ser reconhecido como trabalhador, ninguém mais votou. Ninguém quer saber de legalidade, não. Todos querem continuar com essa balbúrdia. O jogo ilegal atende a poucos. Ou legaliza, ou prende. Acaba-se com o jogo do bicho, com as máquinas, com o bingo. Muito Obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, eu, eleito por Belo Horizonte, gostaria de trazer algumas informações e deixar a minha pessoa à disposição do meu colega e amigo, Deputado Célio Moreira.

Essa questão da criação de comarcas de cartório é boa para ser discutida e trago a informação de que cartório não é monopólio, é concessão do Governo. Meu avô e bisavô foram oficiais de cartório. Meu pai também o foi, quando a lei mudou. Trabalhei a vida toda. Dentro de cartório não há maracutaia. Existe uma concessão governamental em que é protegido o interesse do cidadão. Quando se diz criação de comarca, seja de registro de imóvel, seja de notas ou de protestos, isso deve ser discutido por meio de amplo debate. Coloco-me à disposição para explicar o ônus trazido a uma comunidade quando se cria uma comarca. Não é apenas olhar o benefício que trará - e muitas vezes não traz benefício algum. Duvido que o Governador Aécio Neves colocou seu nome dizendo que criará comarca na região do Barreiro. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Deputado Leonardo Quintão, se V. Exa. pesquisar, constatará que a comunidade deseja o fórum, a instalação imediata da 36ª Seccional, o cartório funcionando durante 24 horas, as Delegacias do Menor, da Mulher e do Idoso. Nos últimos anos, o Barreiro recebeu milhares de famílias, mas continua esquecido. O Governador deu a sua palavra de que tudo fará para o bem daquela comunidade, informando-me de todas as ações que ali serão empreendidas.

Além disso, o hospital de referência da América Latina, o Júlia Kubitschek, está em péssima situação. Esperamos que o Governador tome as providências. Embora exista maquinário, os recursos humanos estão bastante deficientes.

Estou me referindo constantemente à situação do Barreiro, porque foi a região onde tive mais de 50% dos votos. A esperança é a de que alguém faça alguma coisa por aquela comunidade. Não me cansarei de lutar pelo Barreiro, pelo Centro-Oeste, por Corinto, Augusto de Lima, Buenópolis, Diamantina, Iguatama, Bambuí e pela Grande BH. Temos muita vontade de trabalhar e espero contar com o apoio dos nobres colegas. Obrigado.

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o veto à Proposição de Lei nº 15.508, apreciado na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 26, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, EM 11/3/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Bispo Gilberto, Luiz Humberto Carneiro e Padre João, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Alberto Pinto Coelho. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e informa aos Deputados que não há ata a ser lida, por ser esta a primeira reunião especial, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias da Comissão. O Presidente comunica a presença do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Deputado Odelmo Leão, a quem convida a tomar assento à mesa. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Padre João para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, o Deputado Doutor Viana e, para Vice-Presidente, o Deputado Padre João, ambos com quatro votos. O Deputado Doutor Viana faz a proclamação dos Deputados eleitos e empossa no cargo de Vice-Presidente o Deputado Padre João. Este, por sua vez, empossa o Presidente, Doutor Viana, que agradece a escolha de seu nome e informa que, por deliberação dos membros presentes, as reuniões da Comissão se realizarão às terças-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do Secretário e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2003.

Doutor Viana, Presidente - Padre João - Gilberto Abramo - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, em 12/3/2003

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Ana Maria, Dalmo Ribeiro Silva, Leonídio Bouças e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonídio Bouças, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e solicita ao Deputado Leonídio Bouças que proceda à leitura da seguinte correspondência: convite da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa para festividades e seminários dessa instituição; convite da Presidente da APPMG e do Presidente da FAPAEMG para eventos que visam a mobilização para o combate à violência nas escolas; ofícios da Diretora do Centro de Produção e Difusão de Informações Educacionais da Secretaria da Educação, encaminhando volumes do anuário estatístico da educação no Estado, referentes ao período de 1997 a 2000; do Secretário Particular do ex-Governador Itamar Franco, encaminhando resposta ao Requerimento nº 3.523/2002; da Diretora de Atendimento ao Servidor da Secretaria da Educação, encaminhando resposta ao Requerimento nº 3.513/2002; da Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público, encaminhando cópia da portaria instauradora do procedimento investigatório nº 22/2003; do Diretor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, encaminhando cópia da Carta de Uberaba; do Diretor Executivo da FUNEC, solicitando a retificação do Decreto nº 42.178, de 2001; do Sr. Haerson Ferreira de Souza, Vereador à Câmara Municipal de Crucilândia, informando sobre a aprovação de estudante pobre no curso de Direito da Faculdade de Brumadinho e solicitando a intervenção da Comissão a fim de possibilitar o prosseguimento de seus estudos; do Sr. César Callegari, Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, encaminhando cópia de seu projeto de lei que dispõe sobre o financiamento do ensino público estadual; do Sr. José Wurttemberg Manso, Prefeito Municipal de Alfenas, solicitando a participação da Comissão na busca de uma solução para o problema dos servidores designados. O Presidente determina seja entregue ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva cópia das respostas aos requerimentos, e seja entregue a todos os membros cópia do ofício do Ministério Público; informa que, com o apoio dos membros da Comissão, apresentará requerimentos dirigidos aos Ministros da Educação e da Saúde, encaminhando a reivindicação da comunidade da região de Uberaba, e ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, encaminhando a reivindicação da FUNEC; solicita à Consultoria Temática que forneça informações técnicas que possibilitem uma resposta ao Vereador e viabilizem projeto de lei similar ao de São Paulo; e solicita do Deputado Dalmo Ribeiro Silva esclarecimentos sobre os procedimentos adotados na legislação passada em relação à situação dos servidores da educação designados. Após a explanação do parlamentar, fazem uso da palavra os Deputados presentes, conforme notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 45 e 87/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, solicitando sejam realizadas reuniões para debater os aspectos envolvidos na merenda escolar, a realidade do ensino médio e o plano de carreira dos servidores do quadro da Secretaria da Educação; e para ouvir os planos da Secretária da Educação, Sra. Vanessa Guimarães Pinto, para 2003; Jô Moraes, solicitando seja realizada reunião para debater os problemas enfrentados pela UEMG; Vanessa Lucas, solicitando seja realizada reunião para debater a realidade do ensino médio nas escolas da 1ª Superintendência Regional de Ensino; Marília Campos, solicitando seja realizada reunião para debater as mensalidades e taxas cobradas na PUC-MG; e Rogério Correia, solicitando seja realizada reunião para debater os diversos temas ligados à carreira dos trabalhadores da educação. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2003.

Adalclever Lopes, Presidente - Ana Maria - Dalmo Ribeiro Silva - Leonídio Bouças - Weliton Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública, em 18/3/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Jô Moraes, Carlos Pimenta, Dinis Pinheiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente,

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Jô Moraes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Presidente do Tribunal de Alçada do Estado, publicado no "Diário do Legislativo", de 15/3/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 85/2003, do Deputado Djalma Diniz; 126/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 129/2003, da Deputada Marília Campos; 139/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 141/2003, da Deputada Ana Maria, com emenda do Deputado Gil Pereira; e é rejeitado o Requerimento nº 152/2003, do Deputado Roberto Carvalho. Em seguida, o Presidente, Deputado Domingos Sávio assume a Presidência. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Jaíba, a fim de debater a situação dos colonos residentes em núcleos agrícolas e a implantação do Jaíba II; do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação atual dos contratos entre a CEMIG e a empresa AES e a dívida da AES com o BNDES. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2003.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Carlos Pimenta - Jô Moraes - Leonardo Quintão.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 19/3/2003

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Doutor Ronaldo, Fábio Avelar e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Neste momento, a Deputada Maria José Hauelsen passa a Presidência ao Deputado Doutor Ronaldo e apresenta requerimentos de sua autoria em que solicita audiências públicas desta Comissão nos Municípios de Teófilo Ottoni, Itaobim e Pirapora, destinadas ao debate sobre a qualidade e a disponibilidade de oferta dos recursos hídricos existentes naquelas regiões e solicita, ainda, a participação da Comissão de Representação do Seminário Legislativo Águas de Minas II; audiência pública com a presença do Secretário do Meio Ambiente, destinada à exposição das diretrizes políticas dessa Secretaria, assim como dos demais órgãos públicos estaduais de defesa do meio ambiente; e audiência pública com a presença do Secretário Especial de Pesca do Ministério do Meio Ambiente, destinada à exposição das políticas públicas que serão empreendidas por aquele órgão. Submetidos a votação, são aprovados os requerimentos. A seguir, a Presidente solicita seja enviada, em nome desta Comissão, mensagem de pesar à família do Sr. Sérgio Luiz Bittencourt, por ocasião do seu falecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2003.

Maria José Hauelsen, Presidente - Doutor Ronaldo - José Milton - Márcio Passos.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, EM 20/3/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 119 e 120/2003 (Deputado Durval Ângelo); 118 e 121/2003 (Deputado Paulo Piau); 265 e 273/2003 (Deputado Bonifácio Mourão); 117/2003 (Sebastião Navarro Vieira). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 7/2003 deixa de ser apreciado diante da solicitação de prazo regimental pelo Deputado Bonifácio Mourão, relator em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 10/2003 (relator: Deputado Bonifácio Mourão); 59/2003 (relator: Deputado Ermano Batista). Os Projetos de Lei nºs 26, 32 e 38/2003 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Leonardo Moreira, aprovado pela Comissão. Neste momento, o Deputado Ermano Batista registra a presença do Deputado Durval Ângelo e passa-lhe a direção dos trabalhos. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 35 e 37/2003 (relator: Deputado Durval Ângelo); 41/2003 (relator: Deputado Leonardo Moreira); 61/2003 (relator: Deputado Bonifácio Mourão). O Projeto de Lei nº 70/2003 é convertido em diligência à Secretaria de Recursos Humanos e Administração, atendendo-se a requerimento do Deputado Durval Ângelo, relator em virtude de redistribuição, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 60, 62 e 63/2003, os dois primeiros com emendas que receberam o nº 1 (relator: Deputado Paulo Piau, em virtude de redistribuição); 74/2003 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Durval Ângelo). O Projeto de Lei nº 21/2003 é convertido em diligência ao autor, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Paulo Piau, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, solicitando seja realizada audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 49/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Gustavo Valadares - Leonardo Moreira - Bonifácio Mourão.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, EM 21/3/2003

Às 15 horas, comparecem no auditório da UNIMONTES, em Montes Claros, os Deputados Djalma Diniz, Gil Pereira, Adalclever Lopes e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ana Maria, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Viana e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Programa de Recuperação da Malha Rodoviária da Região do Norte de Minas e a se discutirem e votarem proposições da Comissão. Registra-se a presença dos Srs. Anderson Aduato, Ministro dos Transportes; Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Helio Calixto Costa e Aélton José de Freitas, Senadores; Romeu Queiroz, Cléuber Carneiro e Athos Avelino, Deputados Federais; Jairo Athaide, Prefeito Municipal de Montes Claros; Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da UNIMONTES; Getúlio Braga, Presidente da AMANS; Paulo Guedes, Presidente da AVANS; Renato César do Nascimento Santana, Diretor-Geral do DER-MG, e José Elias, do DNIT, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam

suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2003.

Gil Pereira, Presidente - Adalclever Lopes - Sidinho do Ferrotaco - Laudelino Augusto.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, EM 25/3/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Bonifácio Mourão, Ermano Batista, Gustavo Valadares e Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 125, 127, 132, 137, 151, 155, 157, 159, 174, 180, 182, 183, 186, 223, 225, 226, 229, 230, 236, 276, 278, 289, 293, 297, 298, 302, 304 e 305 (Deputado Ermano Batista); 126, 133, 136, 138, 146, 152, 153, 173, 175, 200, 219, 261, 269, 290, 291 e 294/2003 (Deputado Gustavo Valadares); Projetos de Lei nºs 140, 154, 156, 160, 172, 176, 187, 196, 198, 221, 224, 233, 263, 266, 277, 296, 299, 300 e 303/2003 e Projeto de Lei Complementar nº 9/2003 (Deputado Bonifácio Mourão); Projetos de Lei nºs 149, 161, 162, 164, 165, 168, 188, 189, 199, 214, 217, 218, 228, 231, 235, 237 a 240, 246 a 257, 260, 274, 275, 281 a 284, 292, 295, 297 e 307/2003 (Deputado Leonardo Moreira); 122, 134, 135, 142, 144, 163, 191, 193 a 195, 213, 216, 222, 241 a 245, 264, 268, 270 a 272, 279, 280 e 301/2003 (Deputado Durval Angelo); 129 a 131, 139, 141, 143, 147, 166, 177 a 179, 181, 184, 192, 197, 215, 227 e 234/2003 (Deputado Paulo Piau); 190, 220, 285 a 287 e 288/2003 (Deputado Sebastião Navarro Vieira). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 7/2003 (relator: Deputado Bonifácio Mourão). O Projeto de Lei nº 13/2003 deixa de ser apreciado em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, solicitando a retirada de tramitação da matéria. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 15/2003, com as Emendas nºs 1 e 2, e 66/2003 (relator: Deputado Leonardo Moreira); e 38/2003 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bonifácio Mourão). O Projeto de Lei nº 26/2003 é convertido em diligência ao Secretário de Planejamento e Gestão e ao autor, em atenção a requerimento do relator, Deputado Sebastião Navarro Vieira, aprovado pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 45/2003 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Bonifácio Mourão. Os Projetos de Lei nºs 29 a 32, 47, 51 e 52/2003 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Leonardo Moreira, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bonifácio Mourão, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja regulamentado o art. 21 da Lei nº 13.085, de 1998; e Ermano Batista, solicitando que a Comissão não receba mais de uma vez requerimento de retirada de pauta da mesma proposição; e não delibere sobre requerimento de retirada de pauta quando o prazo restante da Comissão for igual ou inferior a cinco dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 26/3/2003, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Ermano Batista - Gustavo Valadares - Bonifácio Mourão.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 26/3/2003

Foi mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.520.

Matéria Votada na 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 25/3/2003

Foram mantidos, em turno único, os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.461, 15.465 e 15.475 e os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 15.466 e 15.469.

Matéria Votada na 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 26/3/2003

Foi mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.498 e foram rejeitados, em turno único, os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.479 e 15.513.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária, em 27/3/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.476, que altera o art. 8º da Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.486, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.487, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.489, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.491, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Gil Pereira solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.452, que assegura benefícios aos servidores que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ivair Nogueira solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98, que dispõe sobre a concessão de benefícios de assistência social no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.492, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.495, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.499, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virginópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virginópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.521, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que

contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 9h30min do dia 27/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 6/2003, do Deputado Djalma Diniz; 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 45/2003, do Deputado Miguel Martini; 158/2003, do Deputado Rogério Correia; 167/2003, do Deputado José Milton; e Projeto de Lei Complementar nº 5/2003, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 27/3/2003, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências; 15.452, que assegura benefícios aos servidores que menciona; 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98, que dispõe sobre a concessão de benefícios de assistência social no Estado e dá outras providências; 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado e dá outras providências; 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências; 15.476, que altera o art. 8º da Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes; 15.486, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 15.487, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 15.489, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.491, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.492, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.495, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.499, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica; 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica; 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; e 15.521, que acrescenta o parágrafo 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91; e do veto à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei 889, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado; do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de março de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2003.

Maria José Hauelsen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Djalma Diniz, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2003, às 10 horas, no Palace Cassino, no Parque José Afonso, s/nº, em Poços de Caldas, com a finalidade de se debater, em audiência pública, o Programa de Recuperação da Malha Rodoviária da Região Sul do Estado de

Minas Gerais e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2003.

Gil Pereira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, José Henrique, Leonardo Quintão e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2003, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer para o 1º turno.

Sala das Comissões, 26 de março de 2003.

Arlen Santiago, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 309/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o projeto de resolução em epígrafe altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, criando a Comissão Permanente de Legislação Participativa.

Aprovada em 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, a matéria retorna à Mesa da Assembléia para exame e parecer, nos termos do art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno. Ao final deste parecer, apresentamos a redação do vencido em 1º turno, que é parte desta peça opinativa.

Fundamentação

A proposição em exame, inspirada em iniciativa semelhante da Câmara dos Deputados em 2001, tem como objetivo a democratização do parlamento, por meio da criação de mecanismos pelos quais as sugestões oriundas na sociedade civil poderão se transformar em projetos de lei.

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em seu pequeno período de funcionamento, já apresentou projetos de relevante interesse público, como os que listamos a seguir:

Projeto de Lei Complementar nº 311/2002 (Sugestão nº 3/2001, da Federação de Associações e Departamentos de Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo - FAPESP), que dispõe sobre revisão, reposição de valores e manutenção dos seguros da Previdência Social e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 6.548/2002 (Sugestão nº 12/2001, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG), que dispõe sobre regras de contribuição e de acesso aos benefícios previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Regime Geral da Previdência Social, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/7/91, e dá outras providências;

Projeto de Lei Complementar nº 294/2002 (Sugestão nº 2/2001, da Coordenação Nacional dos Mutuários e de Defesa da Moradia), que dispõe sobre as novas regras do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências;

Projeto de Lei Complementar nº 270/2001 (Sugestão nº 4/2001, do Fórum das Organizações Não Governamentais Ambientais do Distrito Federal e Entorno), que altera a Lei Complementar nº 94, de 19/2/98, que dispõe sobre a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE - e sobre o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 5.828/2001 (Sugestão nº 1/2001, da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE), que dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências.

Além da transformação de sugestões em projetos de lei, outra possibilidade de atuação da Comissão é o envio da matéria para outro agente político, quando o assunto não for de iniciativa parlamentar. Como exemplo, pode ser citada a Sugestão nº 20, de 2001, do Sindicato dos Especialistas do Magistério Oficial do Estado de São Paulo - UDEMO -, que propõe a regulamentação do direito de greve e do dissídio coletivo dos servidores públicos civis. Recebida pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a sugestão foi encaminhada ao Presidente da República, a quem cabia a iniciativa privativa de regulamentar o que propunha o sindicato.

No projeto em exame, de acordo com a redação que se propõe para o art. 289, § 1º, do Regimento Interno, a Comissão desta Casa também poderá encaminhar sugestões a outros agentes políticos, entre as quais matérias consideradas relevantes para o exercício da iniciativa privativa.

Como se percebe, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados já apresenta resultados animadores. A comissão semelhante a ser criada na Assembléia mineira, a exemplo da sua inspiradora, deverá representar um novo e importante instrumento para o aprimoramento das relações entre o parlamento e a sociedade.

Com o intuito de aperfeiçoar o projeto, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1, que acrescenta às competências da Comissão a de receber sugestões para o aprimoramento dos trabalhos parlamentares, além de prever a realização de audiências públicas para debater as

propostas a ela encaminhadas com toda a sociedade. Sugerimos, também, no Substitutivo nº 1, a mudança do nome da Comissão para Comissão de Participação Popular, por entender que este define melhor as funções e ações do órgão que se pretende criar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 309/2003 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 101 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, fica acrescido do seguinte inciso XVI:

"Art. 101 -

XVI - de Participação Popular."

Art. 2º - O art. 102 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, fica acrescido do seguinte inciso XVI:

"Art. 102 -

XVI - da Comissão de Participação Popular:

a) a proposta de ação legislativa encaminhada à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 289;

b) a realização, com o acordo prévio da Mesa da Assembléia, de consulta pública sobre assunto de relevante interesse;

c) o recebimento de sugestão visando a aprimorar os trabalhos parlamentares."

Art. 3º - O art. 288 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, fica acrescido do seguinte § 3º, passando o art. 289 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 288 -

§ 3º - Nas comissões e em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei de iniciativa popular, pelo prazo total de 60 (sessenta) minutos, o primeiro signatário ou aqueles que este houver indicado.

Art. 289 - É facultada a entidade associativa da sociedade civil, com exceção de partido político com representação nesta Casa, a apresentação à Assembléia Legislativa de proposta de ação legislativa.

§ 1º - A proposta a que se refere este artigo será encaminhada à apreciação da Comissão de Participação Popular, que poderá realizar audiência pública para discuti-la.

§ 2º - Aprovada a proposta, esta será transformada em proposição de autoria da Comissão de Participação Popular ou ensejará, quando for o caso, a medida cabível.

§ 3º - Será anexada à proposição de autoria da Comissão de Participação Popular a proposição em tramitação que com ela guarde identidade ou semelhança, desde que a proposta de ação que tenha dado ensejo a sua apresentação pela Comissão tenha sido protocolada anteriormente à apresentação da proposição de autoria parlamentar.

§ 4º - Aplica-se à proposição de que trata este artigo o disposto no § 3º do art. 288."

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de março de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise, relator - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 309/2003

Altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 101 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, fica acrescido do seguinte inciso XVI:

"Art. 101 -

XVI - de Legislação Participativa.".

Art. 2º - O art. 102 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, fica acrescido do seguinte inciso XVI:

"Art. 102 -

XVI - da Comissão de Legislação Participativa:

a) a proposta de ação legislativa encaminhada à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 289;

b) a realização de consulta pública sobre assunto de relevante interesse, por determinação da Mesa da Assembléia.".

Art. 3º - O art. 288 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, fica acrescido do seguinte § 3º, passando o art. 289 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 288 -

§ 3º - Nas comissões e em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei de iniciativa popular, pelo prazo total de 60 (sessenta) minutos, o primeiro signatário ou aqueles que este houver indicado.

Art. 289 - É facultada a entidade associativa da sociedade civil, com exceção de partido político, a apresentação à Assembléia Legislativa de proposta de ação legislativa.

§ 1º - A proposta a que se refere este artigo será encaminhada à Comissão de Legislação Participativa para apreciação e, se aprovada, será transformada em proposição de autoria da comissão ou ensejará, quando for o caso, a medida cabível.

§ 2º - Será anexada à proposição de autoria da Comissão de Legislação Participativa a proposição em tramitação que com ela guarde identidade ou semelhança, desde que a proposta de ação que tenha dado ensejo a sua apresentação pela Comissão tenha sido protocolada anteriormente à apresentação da proposição de autoria parlamentar.

§ 3º - Aplica-se à proposição de que trata este artigo o disposto no § 3º do art. 288.".

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 25/3/2003, as seguintes comunicações:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Luiz Carlos de Souza Maia, ocorrido em Ouro Fino, em 21/3/2003. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Carlos Henrique Palomo, ocorrido em Ouro Fino, em 21/3/2003. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Roberto Neves da Silva, ocorrido em Campo Belo, em 6/3/2003. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/3/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando Adriana Guimarães de São José do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Cristina Marcia Alves Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

nomeando Marcos Paulo Correia da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 26/3/2003, que nomeou Luciana Marinho Diniz Figueiredo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando Gilmar de Almeida Campos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Maria Daniela Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Maria de Lourdes Oliveira Lopes Garcia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Pedro Tadeu Amado Mendonça do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Gilmar de Almeida Campos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Maria Daniela Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Maria de Lourdes Oliveira Lopes Garcia para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Pedro Tadeu Amado Mendonça para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Waldemar Araujo de Melo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mauri Torres

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 26/3/2003, que exonerou Libiane Gonçalves Campos do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 26/3/2003, que nomeou Alexandre Albergaria de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 26/3/2003, que exonerou Alexandre Albergaria de Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Antônio Carlos Câmara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Claudiana Henriques Bueno para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Geraldino Gonçalves Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Marlene Tavares Cardoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Rita de Cássia Knupp Pettersen para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Robelha Soares Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou o seguinte ato:

exonerando Waldemar Araujo de Melo do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Aladia Ruas de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Deputada Jô Moraes, Vice-Líder do Bloco PT/PC do B.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Francisco Rafael Gonçalves, matrícula 9961-0, no período de 20/2/2003 a 7/3/2003.

Mesa da Assembléia, 17 de março de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Fronteira dos Vales. Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensa.

ERRATA

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 26/3/2003, na pág. 20, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Djalma Diniz", onde se lê:

"exonerando", leia-se:

"exonerando, a partir de 1º/4/2003,".